

## Inclusão de usuários de cadeira de rodas em cursos de Odontologia

### Inclusion of wheelchair users in dentistry courses

João Victor Dias Crisóstomo<sup>1\*</sup>, Lucianna Leite Pequeno<sup>1</sup>, Paulo Leonardo Ponte Marques<sup>1</sup>,  
Sharmênia de Araújo Soares Nuto<sup>1</sup>, Isabel Cristina Luck Coelho de Holanda<sup>1</sup>

---

#### RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar a inclusão de usuários de cadeira de rodas em cursos de Odontologia. Pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Teve como cenário o Brasil, no qual participaram dois acadêmicos de Odontologia, e a França, com participação de um cirurgião-dentista, todos usuários de cadeira de rodas. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, realizada em vídeo conferência. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio do discurso do sujeito coletivo na teoria das representações sociais. Foram identificadas quatro categorias analíticas com ideias centrais: escolha pelo curso, instituição de ensino superior; desafios e adaptações; e percepção sobre o mercado de trabalho. Evidenciou-se que a inclusão de usuários de cadeira de rodas é uma realidade nos cursos de Odontologia. Embora exista o medo do preconceito e da discriminação, os maiores desafios estão na realização de adaptações estruturais necessárias para o desempenho das suas funções no âmbito universitário e profissional.

**Palavras-chave:** Pessoas com Deficiência; Estudantes de Odontologia; Inclusão Social.

---

#### ABSTRACT

This study aimed to analyze the inclusion of wheelchair users in Dentistry courses. Exploratory research with a qualitative approach. The scenario was Brazil, in which two dental students participated, and France, with the participation of a dentist, all wheelchair users. Data collection was carried out through a semistructured interview in a video conference. The interviews were recorded, transcribed, and analyzed through the discourse of the collective subject in the theory of social representations. Four analytical categories were identified with central ideas: course choice, higher education institution; challenges and adaptations; and perception of the labor market. It was evidenced that the inclusion of wheelchair users is a reality in Dentistry courses. Although there is a fear of prejudice and discrimination, the biggest challenges are in carrying out the necessary structural adaptations for the performance of their functions in the university and professional scope.

**Keywords:** Disabled Persons; Students, Dental; Social Inclusion.

---

---

<sup>1</sup> Universidade de Fortaleza

\*E-mail: [jdiascrisostomo@gmail.com](mailto:jdiascrisostomo@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

As políticas de inclusão instituídas nos últimos anos têm gerado mudanças no ingresso ao ensino superior brasileiro, destacando-se programas como o Universidade para Todos e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, os quais ampliaram o acesso de ingressantes com diferentes perfis sociais (GOMES; MORAES, 2012). Entre esses grupos, a inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) tem sido observada de forma crescente (FERNANDES; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016). No entanto, da entrada na universidade ao recebimento do diploma da graduação, vários obstáculos precisam ser superados em busca de uma inclusão efetiva, especialmente quando se trata de um curso com elevada exigência de desenvolvimento psicomotor na sua formação como o de Odontologia.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde apontam que 8,4% da população brasileira acima de 2 anos possui algum tipo de deficiência. Destes mais de 17 milhões de brasileiros, quase 68% não possui instrução ou possui o ensino fundamental incompleto e apenas 28,4% acima de 14 anos estão no mercado de trabalho (IBGE, 2020). A desigualdade aponta ainda que boa parte das PcD se encontra distante do convívio social e conseqüentemente dos cursos de nível superior (PEREIRA; CALDAS; DA SILVA CABRAL, 2016).

Dentre os fatores que contextualizam em cenário, destacam-se o preconceito e a discriminação, que tornam o acesso ao ensino uma tarefa hercúlea, sobretudo para pessoas com deficiência física. Apesar das tentativas governamentais, o inadequado aparelhamento do ensino básico no Brasil para amparar pessoas com limitações físicas é notório, com infraestrutura deficiente e despreparo dos docentes. No ensino superior, muitas vezes não são aplicados recursos em adaptações estruturais com vistas a melhoria da acessibilidade (DA SILVA; JIMENEZ, 2019; GOMES *et al.*, 2021).

A Lei Brasileira de Inclusão nº 13146/2015 assegura às PcD, que possam vir a sofrer privação de seus direitos e oportunidades, o amparo ao acesso as oportunidades da vida acadêmica e profissional, por meio de sistema educacional inclusivo que possibilite o desenvolvimento de talentos e habilidades. Para que isso se concretize, faz-se necessária a avaliação e a cooptação de diversos fatores, desde a identificação da deficiência, individualização dos projetos pedagógicos, disponibilidade de tecnologias, e até mesmo adaptação de recursos pedagógicos para a manutenção e inserção do estudante, garantindo assim uma educação pautada na equidade (FREIRE; MAIA, 2020). Além disso, é

imperativo identificar as mudanças nos paradigmas sociais e reestruturação dos espaços físicos, bem como instituir serviços de apoio, evitando a exclusão.

Quanto à inclusão de PcD nas Instituições de Ensino Superior (IES), sabe-se que apesar dessa temática estar em pauta e compor o conjunto da luta pelo direito de acesso ao ensino superior, este não é oportunizado de forma ampla (SEPTIMIO; DA ROCHA; MENDES, 2018). Ao considerar a educação como direito de cidadania, as IES têm o papel fundamental de atuar em prol da justiça social na formação das futuras gerações, desconstruindo modelos ultrapassados e favorecendo uma nova realidade para todos (DA COSTA; NAVES, 2020).

Entendendo que o ensino superior é um espaço inclusivo que pode disseminar práticas por toda a sociedade, assim como a partir da experiência vivenciada por um dos autores como usuário de cadeira de rodas e estudante de um curso de Odontologia, esse estudo partiu das seguintes questões norteadoras: A inclusão de usuários de cadeira de rodas nos cursos de Odontologia é viável na sociedade brasileira e no mundo? Quais desafios são enfrentados na inclusão desses alunos com mobilidade reduzida no âmbito acadêmico? Quais são as mudanças necessárias para que os alunos incluídos possam desfrutar das mesmas oportunidades que os demais alunos?

Nesse contexto, esse estudo teve por objetivo analisar a acessibilidade e a perspectiva inclusiva no ensino superior no âmbito dos cursos de Odontologia.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da técnica de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, com fundamentação teórica nas Representações Sociais (MOSCOVICI, 2005).

Os participantes foram PcD, usuários de cadeira de rodas, graduandos ou egressos de cursos de Odontologia, identificados por meio das IES no Brasil e na França. Para a seleção das universidades, utilizou-se a plataforma do Ministério da Educação, a qual possibilitou em junho de 2020, acesso as universidades que possuem cursos de Odontologia. Mediante análise, foram selecionadas 150 universidades de todo o país contemplando todas as regiões brasileiras.

O recrutamento dos participantes se deu em três etapas. Inicialmente foram enviados e-mails para os coordenadores dos cursos de Odontologia das IES, públicas e privadas, no qual constava o pedido de colaboração para identificação de alunos de

graduação em Odontologia usuários de cadeiras de rodas. Requereu-se ainda que, quando identificado aluno com esse critério, este fosse consultado sobre a possível participação na pesquisa, disponibilização do seu e-mail e número de telefone para contato posterior por parte do pesquisador.

Após retorno do e-mail das IES, seguiu-se com a segunda etapa, que se caracterizou pelo contato com os alunos mediante e-mail e telefone para esclarecimentos e descrição do objetivo da pesquisa. Confirmada a possível participação, foi enviado por e-mail o arquivo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que o convidado tivesse conhecimento e pudesse participar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Diante da confirmação e recebimento do TCLE, procedeu-se ao agendamento da entrevista para a coleta dos dados seguindo um roteiro semiestruturado que contou com perguntas sobre adaptação e inclusão de usuários de cadeira de rodas em cursos de Odontologia. As entrevistas foram realizadas por vídeo conferências nas plataformas Skype®, Google Meet® e WhatsApp®.

Foram enviados três e-mails para cada 150 universidades brasileiras. Apenas três responderam a correspondência. E somente duas identificaram possíveis participantes para o estudo, sendo uma do Nordeste e outra do Sudeste. Um terceiro participante que se enquadrava no perfil foi incluído na pesquisa a convite de forma intencional, visto que foi reconhecido como PcD que havia cursado Odontologia na França.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista com a utilização de um roteiro semiestruturado, contendo perguntas objetivas sobre o perfil do participante e percepção sobre preconceito e discriminação, assim como perguntas abertas para que o participante descrevesse a experiência individual construída pelo sujeito em sua interação com a realidade social inserida. As entrevistas foram realizadas mediante ferramenta virtual síncrona no segundo semestre de 2020.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas e lidas exaustivamente previamente a análise do conteúdo. A análise das entrevistas foi realizada por meio do Discurso do Sujeito Coletivo ancorado nas Representações Sociais e utilizando-se os seguintes passos operadores: expressões chave; ideias centrais, ancoragens; e o discurso do sujeito em si.

A teoria das Representações Sociais é delineada por atores sociais no enfrentamento da diversidade e mobilidade de um mundo coletivo que transforma cada um

individualmente, na vida cotidiana e se ancora em três elementos básicos: o conteúdo, representado por opiniões e atitudes; o objeto, que se refere a ação ou fato; e o sujeito, que remete ao indivíduo e grupo social onde está inserido (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014; ROCHA, 2014).

Para manter o sigilo da identidade dos participantes, estes foram nomeados: participante 1 (P1), participante 2 (P2) e participante 3 (P3).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza com o parecer consubstanciado nº 3.849.197.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa três PcD, sendo dois acadêmicos de Odontologia brasileiros e um profissional cirurgião-dentista de nacionalidade francesa. A tabela 1 aponta o perfil dos participantes, sendo todos do sexo masculino, com idades entre 21 e 27 anos.

Tabela 1 Perfil dos participantes do estudo, Brasil-França, 2020.

Variáveis	P1	P2	P3
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	23	27	27
Nacionalidade	Brasileira	Brasileira	Francesa
Formação	Estudante	Estudante	Profissional
Causa para uso de cadeira de rodas	Acidente	Infecção	Acidente
Limitação física dos membros inferiores	Total	Total	Total
Limitação sensorial dos membros inferiores	Parcial	Total	Total

Fonte: autores

Os motivos que os levaram a necessitar de uma cadeira de rodas para se locomover, sendo dois vítimas de acidentes e um por severa infecção bacteriana, que resultou em limitações físicas e sensoriais. Todos os entrevistados apresentavam exclusivamente limitações nos membros inferiores, tendo pleno movimento de membros superiores, considerados funcionais.

A tabela 2 apresenta os dados quanto a percepção sobre preconceito e discriminação na universidade. Embora tenha existido o medo, os participantes não perceberam ou não perceberam fortemente preconceito ou discriminação por parte de funcionários, colegas de curso ou pacientes.

Tabela 2. Percepção dos participantes quanto ao preconceito e discriminação durante a formação universitária. Brasil-França, 2020.

Variáveis	P1	P2	P3
Teve medo de sofrer preconceito	Sim	Sim	Sim
Percebeu preconceito por parte dos colegas	Nunca	Nunca	Nunca
Percebeu preconceito por parte de funcionários da IES	Nunca	Nunca	Nunca
Percebeu preconceito por parte dos pacientes	Nunca	-*	Talvez
Percebeu medo de sofrer discriminação	Sim	Sim	Sim
Percebeu discriminação por parte dos colegas	Nunca	Nunca	Nunca
Percebeu discriminação por parte de funcionários da IES	Nunca	Nunca	Nunca
Percebeu discriminação por parte dos colegas	Nunca	-*	Talvez

\*Não respondeu (até o momento da coleta de dados ainda não havia atendido paciente).

Fonte: autores

A tabela 3 apresenta os dados quanto a adaptações estruturais percebidas pelos participantes do estudo nas IES. De forma geral, as instituições brasileiras realizaram adaptações enquanto a na França as adaptações já haviam sido realizadas previamente.

Tabela 3. Adaptações na estrutura física dos cursos de graduação em Odontologia. Brasil-França, 2020.

Variáveis	P1	P2	P3
Laboratórios	Adaptado	Adaptado	Não precisou de adaptação
Altura da bancada de trabalho	Mais baixa	Mais baixa	Mais baixa
Câmara escura para revelação radiográfica	Adaptada	Usa portátil	Não precisou de adaptação
Pias	Mais baixa	Mais baixa	Mais baixa
Box com consultório odontológico	Ampla em toda a clínica	Ampla em toda a clínica	Ampla no box de atendimento
Motores de mão	Acionamento a mão	Não adaptado	Acionamento a mão

\*Não respondeu (até o momento da coleta de dados ainda não havia atendido paciente).

Fonte: autores

Após transcrição e análise das entrevistas, emergiram quatro categorias representando as ideias centrais com a essência do discurso: escolha pelo curso, instituição de ensino superior; desafios e adaptações; e percepção sobre o mercado de trabalho.

Quanto a escolha pelo curso, P1 relatou: “eu escolhi o curso de Odontologia porque é uma profissão que me permite trabalhar sentado” e P2 apontou que “... (a

escolha) foi atrelada a própria condição motora, possibilitando uma adaptação mais fácil na prática odontológica”. Isso revela uma semelhança de sentido nos discursos de P1 e P2 pela escolha pela Odontologia. Os participantes tiveram a preocupação em escolher um curso que se adequasse a condição de movimentação física minimizando obstáculos para a execução da atenção à saúde do paciente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia apontam que uma das competências gerais a ser desenvolvida nos egressos é atenção à saúde, que engloba a realização de procedimentos referenciados pela prática de modo a evitar riscos e danos aos usuários, e a si mesmo (DE OLIVEIRA *et al.*, 2019).

Desta forma, a limitação dos membros inferiores não se consolida como uma impossibilidade de usuários de cadeira de rodas para não optarem por cursar Odontologia. No entanto, a escolha pela Odontologia por P3 se deu previamente a condição que o tornou usuário de cadeira de rodas, o qual foi fortalecida diante do conhecimento de que poderia obter suporte da universidade pública.

Referente a segunda categoria de ideia central, instituição de ensino superior, os universitários brasileiros afirmaram que a escolha por uma IES particular se deu pelo fato dessas universidades estarem mais bem preparadas. No entanto, de forma geral, embora tenha crescido nos últimos anos, a inclusão de PcD em universidades ainda é tímida, não chegando nem a um por cento do total de matrículas em algumas universidades no Sul e Sudeste do Brasil (MARTINS; LEITE; CIANTELLI, 2018; CIANTELLI; LEITE, 2016).

A melhora desse indicador remete uma maior celeridade nos processos de adaptação estrutural, especialmente no âmbito público. O P1 afirmou que “... se estivesse em uma universidade pública certamente não teria a mesma rapidez para a realização das adaptações estruturais do que uma universidade privada”. P2 também afirmou que “... escolhi a universidade privada porque as públicas, em sua maioria, não estão preparadas para suprir as necessidades de um usuário de cadeira de rodas.

O discurso aponta a articulação entre elementos individuais e sociais, com uma percepção coletiva de que a universidade pública não teria a capacidade de realizar as mudanças necessárias para um melhor aproveitamento da graduação em Odontologia. Desta forma, poderia exercer um poder coercitivo sobre os sujeitos, predominando o social (comum) sobre o individual das PcD. Esse tipo de representação aponta para o “senso comum”, construído e partilhado socialmente.

Neste sentido, de acordo com a Resolução nº 3/2021 da Câmara de Educação Superior, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia, a aquisição de competências, compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes utilizando os recursos disponíveis, pode se tornar um desafio extra para o usuário de cadeira de rodas, dado que a inexistência de infraestrutura adaptada.

O ingresso ao ensino superior possibilita o desenvolvimento da PcD, contribuindo para a consolidação da democracia e da justiça, desde que oferecido com adaptações às diferentes necessidades. Desta forma, deve-se superar o modelo ultrapassado centrado no paradigma caritativo (MAZERA; SCHNEIDER; PADILHA, 2021).

O discurso dos estudantes brasileiros se contrapõe ao cenário universitário de formação acadêmica do profissional francês. O P3 expôs que “...as universidades públicas (na França) são bem-preparadas com rampas e elevadores para um deslocamento acessível a todos, assim como há uma rápida resposta para atender as necessidades de seus alunos”. Embora o Brasil possua legislação quanto a assistência às PcD, falta efetividade no cumprimento das normativas. Evidenciou-se que, mesmo com a existência de leis específicas, estas se mostram implementadas apenas de forma parcial e isso compromete a presença ou permanência no local (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2009).

Nesse sentido, a Lei nº 13.409/2016, de reserva de vagas para PcD no ensino superior, tem impactado no cotidiano das universidades dado que impõe uma necessária reflexão sobre inclusão não somente para estudantes, mas também para docentes, quadros técnicos e gerentes. Diante do cenário sociopolítico e econômico brasileiro em que a temática da inclusão no ensino superior vem ganhando força também tem ocorrido contingenciamento de recursos, o que degrada o já deficitário orçamento destinado às políticas inclusivas nas IES (ANTUNES; AMORIM, 2020). Sem ensino de qualidade, dificilmente obter-se-á uma real democratização do acesso, mas apenas um símbolo de status, que pouco influenciará em uma melhor sociedade (FLORES, 2017).

Quanto a terceira categoria analítica, desafios e adaptações, P1, P2 e P3 afirmaram sentir medo de sofrer algum tipo de preconceito e discriminação devido a limitação física.

A representação social diversa se vincula a valores e práticas individuais que balizam as condutas no cotidiano das relações, decorrendo em estereótipos, sentimentos e atitudes. Envolve a interpretação pessoal dos conceitos socialmente enraizados que são

transmitidos no processo de comunicação da vida cotidiana. Um desafio constantemente enfrentado por usuários de cadeiras de rodas são o preconceito, por ser uma opinião preconcebida, e a discriminação diante da ação do preconceito, praticados por uma fração da sociedade.

Para que esse tipo de segregação não predomine nas relações humanas, faz-se necessário novas possibilidades de interação. O P2 relatou que durante o atendimento na universidade “...alguns momentos geraram certo desconforto, como em casos que os pacientes ultrapassavam os limites profissionais e questionavam o motivo da limitação física ou até mesmo tentavam pregar suas crenças religiosas”.

Isso aponta para uma necessidade de intensificação do debate sobre a inclusão de alunos com deficiência não apenas no âmbito da universidade, mas de forma geral, para que o público que será beneficiada com os serviços prestados pelas PcD possam estar sensibilizados e conscientizados com vistas a não gerar desconforto ou até mesmo desconfiança. Nesse âmbito, as PcD universitárias devem ser ouvidas a fim de que seus anseios e dificuldades sejam respeitados como sujeitos participativos do processo (GIORDANI *et al.*, 2020).

Além disso, a publicação de aparato legal pode ser considerada uma medida importante na garantia de direitos, reduzindo o preconceito e discriminação. Observou-se também, que o processo de adaptação do ambiente foi um dos fatores que mais preocupou os participantes, pois uma das mais corriqueiras ações de um cirurgião-dentista, a ativação dos motores de mão, teve que ser reconsiderada, tendo em vista que a ativação convencional, mediante acionamento pedal, seria inviável. No entanto, P3 apontou “... uma rápida adaptação para o acionamento dos motores por meio da mão, executada pelo setor médico universitário”.

Todos os participantes relataram diversas adaptações, sempre com o apoio e acompanhamento da universidade, em ambientes não específicos do curso de Odontologia como, salas de aula e laboratórios de microscopia. Sobre a atuação da instituição de ensino nesse processo de adaptação, o P1 afirmou que “... (a universidade) se mostrou disposta a atender prontamente todas as necessidades, inclusive disponibilizando arquitetos e engenheiros para observar, planejar, acompanhar e efetuar mudanças estruturais necessárias, sem demonstrar desinteresse para que essas mudanças fossem realizadas”.

Para que sejam legitimadas a inclusão de pessoas com deficiência em ambientes acadêmicos e profissionais, são requeridas iniciativas como adequar: espaços físicos internos e externos, equipamentos, mobiliários, recursos didáticos, dentre outros, tornando-os mais acessíveis independente da necessidade do aluno, garantindo o direito à cidadania no ambiente acadêmico (SEPTIMIO; DA ROCHA; MENDES, 2018).

Ressalta-se que a norma n. 9050/2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas estabelece parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações às condições de acessibilidade. Desta forma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificação, mobiliário, equipamento independentemente da limitação de mobilidade ou percepção.

Considerando a Lei Brasileira de Inclusão, o direito à educação está amparado a PcD, permitindo o desenvolvimento de talentos necessários ao exercício de qualquer profissão. No entanto, existem dificuldades, como a demasiada burocracia das universidades, que tornam a implementação dessas adaptações um processo longo e desgastante (GOMES *et al.*, 2021). Isso gera ambientes desestimulantes e não receptivos, estruturas arquitetônicas desfavoráveis, falta de acessibilidade, discriminação, desinformação e a carência de serviços que dão apoio a esses estudantes; que podem influenciar de forma negativa, levando ao desinteresse para frequentar um curso ou ao abandono do ambiente universitário (PEREIRA *et al.*, 2016).

Implementar a inclusão no âmbito do ensino superior exige não somente uma série de adaptações do meio físico, mas também de materiais didáticos, proporcionando uma atmosfera participativa entre a comunidade acadêmica e a PcD, para que esta seja acolhida e possibilitar a permanência até a conclusão do curso (GOMES *et al.*, 2021).

Embora o ingresso e a presença do acadêmico com deficiência estejam previstos legalmente, esse tipo de atitude da gestão da universidade pode favorecer a inclusão. Além disso, é necessário que as IES invistam na qualificação dos docentes, para que estes adotem métodos que adequem o processo de ensino aprendizagem de acordo com o tipo de deficiência do estudante (PEREIRA *et al.*, 2016).

Cabe ressaltar que as diferentes realidades entre o Brasil e a França, são existentes. P3 afirmou que “... as mudanças estruturais efetuadas foram mínimas, pois até mesmo antes de ingressar no curso a universidade já estava preparada para atender usuários de cadeira de rodas”. Fato que foi observado apenas na instituição do P1, pois a construção

do complexo odontológico foi totalmente atrelada às suas necessidades. Já P2 apontou que “(a universidade) possuía algumas formas de acessibilidade, mas teve que ser ampliada para atender as minhas necessidades”.

Quanto a percepção sobre o mercado de trabalho, todos os entrevistados responderam que o mercado de trabalho atualmente não está preparado para essa nova demanda, por serem raros os consultórios e centros cirúrgicos adequados para as necessidades de usuários de cadeira de rodas.

Embora tenha avançado nos últimos anos, a implementação da acessibilidade ainda necessita de avanços, dado que o próprio acesso de PcD usuários dos serviços de saúde bucal se apresenta com uma série de barreiras geográficas, organizacionais e culturais, o que refletiria também na própria atuação profissional de um cirurgião-dentista usuário de cadeira de rodas caso atuasse no âmbito do sistema público de saúde (DAMASCENO; CRUZ; DE BARROS, 2021).

Já contexto francês, P3 relatou que “...existe um mercado de trabalho quase que majoritariamente de atendimentos particulares a qual se tem uma grande procura por parte da população. Também é possível atender em consultórios de colegas, mas com limitações e que para ele o pleno desenvolvimento de suas atividades é preferível seu próprio consultório”.

Na Odontologia, em especial, as adaptações vão além das portas acessíveis, rampas e carteiras adaptadas, sendo necessário adaptar o ambiente de atendimento odontológico, dando-os a oportunidade de executar os mesmos procedimentos que quaisquer outros cirurgiões-dentistas (FERNANDES; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016; PEREIRA *et al.*, 2016). Essas adaptações não se limitam apenas ao campo da infraestrutura, mas também tecnológica, dado que a indústria de equipamentos precisa estar preparada para atender as necessidades dos profissionais de Odontologia que possuem algum tipo de deficiência. Poucos estudos são específicos quanto a pesquisa de barreiras tecnológicas que dificultem o melhor desenvolvimento de PcD física (PORTE; TRINDADE, 2021).

Assim, a escolha da IES para PcD é outro fator a se considerar, tendo em vista a existência de barreiras de acessibilidade que devem ser transcendidas para um efetivo o processo de adaptação. Nos relatos dos participantes brasileiros a predileção por uma instituição privada deu-se pela melhor estrutura física e maior agilidade de adaptação diante das necessidades de acessibilidade identificadas. Na perspectiva de uma gestão

acadêmica democrática, as demandas de acessibilidade resolvidas contribuem para superar a discriminação negativa e de negligência por omissão, assim como possibilita para a equidade de oportunidades (LIMA; CABRAL, 2020).

De forma geral, as IES vêm buscando meios de melhorar o acesso e a permanência das PcD no ensino superior, no entanto, os recursos de natureza orçamentária, humana e tecnológica ainda são insuficientes para proporcionar espaços adequados aos estudantes. Em muitos locais é visível a necessidade de ampliação de investimentos para melhoria de mobiliários, materiais didáticos e outros recursos que possam garantir o direito das PcD (GIORDANI *et al.*, 2020).

Quanto ao mercado de trabalho na Odontologia, são visíveis as possibilidades de atuação. No entanto, atualmente, o mercado não se encontra preparado para absorver um cirurgião-dentista usuário de cadeira de rodas, dado as adversidades físicas, sociais e ambientais encontradas (PEREIRA; CALDAS; DA SILVA CABRAL, 2016). Para reverter esse cenário, faz-se necessário a aceitação social e estrutural desses profissionais com deficiência no mercado de trabalho, possibilitando uma atividade laboral funcional e efetiva (BORGES; LONGEN, 2019; DO CARMO; GILLA; QUITERIO, 2020).

Na sociedade capitalista, a valorização e independência de um profissional da saúde está relacionada com a sua capacidade laboral. Permitir que as PcD atuem como agentes ativos de produção irá legitimar o exercício da cidadania e possibilitará uma mudança de perspectiva de todos os envolvidos, valorizando os diferentes potenciais dos sujeitos no contexto social onde estão inseridos (DO CARMO; GILLA; QUITERIO, 2020). Não se encontra com frequência consultórios odontológicos com as adaptações indispensáveis para atender as necessidades específicas, assim como centros cirúrgicos com mesa cirúrgica acessível. Tendo assim como opção viável a construção de um consultório próprio ou seguir para outras áreas, à exemplo, da docência (PEREIRA; CALDAS; DA SILVA CABRAL, 2016).

A análise do contexto mais recente de inclusão de usuários de cadeira de rodas em cursos de Odontologia é essencial na dinâmica da representação social, pois o ineditismo temporal poderá ser responsável por mudanças que fomentem o dinamismo e compreensão da pluralidade dos PcD.

Entre as limitações do estudo, os autores apontam a inclusão de poucos participantes e a simplificação que, porventura, possa ter acarretado a perda de

significados. No entanto, a pesquisa possibilitou investigar com clareza as percepções diante do desafio de uma inclusão efetiva das PcD.

## CONCLUSÃO

A compreensão do problemática da inclusão a partir da visão de deficientes físicos usuários de cadeiras de rodas nos cursos de Odontologia evidencia uma realidade com enfrentamento de muitos desafios, especialmente para se alcançar as adaptações com vistas ao pleno desempenho para aquisição das competências no âmbito acadêmico e profissional, bem como, favorecer o exercício ocupacional.

Diante de todos os obstáculos a serem superados no futuro, deve-se enfatizar as PcD como sujeitos ativos capazes de reconstruir valores e práticas individuais em busca de orientar as condutas no cotidiano das relações sociais, aprimorar as normativas de acessibilidade e conscientizar a sociedade para aceitar, sem preconceito e discriminação, a inserção de cirurgiões-dentistas que utilizam cadeira de rodas em um cenário mais diversificado e justo.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, K. C. V.; AMORIM, C. C. Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.15, n. esp.2, p. 1465-1481, 2020.
- BORGES, A. V.; LONGEN, W. C. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e as perspectivas de acessibilidade. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 6, p. 5520–5531, 2019.
- CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 2, p. 244–257, 2009.
- CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Revista brasileira de educação especial**, v. 22, n. 3, p. 413–428, 2016.
- DA COSTA, V. B.; NAVES, R. M. A implementação da lei de cotas 13.409/2016 para as pessoas com deficiência na universidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.15, n. esp. 1, p. 966–982, 2020.
- DA SILVA, A. L. L.; JIMENEZ, L. O. A formação acadêmica de pessoas com deficiência nas escolas públicas do Estado de Goiás, para que esta seja inserida no mercado de trabalho. **Revista Científica de Iniciación a la Investigación**, v. 4, n. 1, 2019.

- DAMASCENO, K. S. M.; CRUZ, D. N.; DE BARROS, S. G. Acessibilidade aos serviços odontológicos no SUS: revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, e17610313194, 2021.
- DE OLIVEIRA, L. M. L.; BARBOSA, L. M.; REBELO, H. L.; COELHO, T.; GODOY, G. P. Avaliação de matrizes curriculares frente às DCN para os cursos de graduação em Odontologia. **Revista da ABENO**, v. 19, n. 1, p. 97–105, 2019.
- DO CARMO, M. M. I. B.; GILLA, C. G.; QUITERIO, P. L. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. **Interação em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 1-11, 2020.
- FERNANDES, A. C. R.; DE OLIVEIRA, M. C. S. L.; ALMEIDA, L. S. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, p. 483–492, 2016.
- FLORES, S. R. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. **Revista internacional de educação superior**, v. 3, n. 2, p. 401–416, 2017.
- FREIRE, S.; MAIA, V. O. A diferenciação pedagógica no contexto da educação inclusiva. **Revista Exitus**, v. 10, e020003, p.1-29, 2020.
- GIORDANI, C. C. O.; CAMPOS, L. C.; SALGE, E. H. C. N.; DE OLIVEIRA, G. A.; BATISTA, D. M. Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). **Revista Triângulo**, v. 13, n. 3, p. 143–163, 2020.
- GOMES, A. M.; MORAES, K. N. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 171–190, 2012.
- GOMES, E. P.; MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, J. R. D. S.; DUARTE, H. A.; VIEIRA, V. R.; FREIRE, M. A. M. Processos de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior: Uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, e11910816977, 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde. Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2020.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 23, p. 502–507, 2014.
- LIMA, A. H.; CABRAL, L. S. A. Gestão democrática na educação superior para a diferenciação e acessibilidade curricular. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, esp, p. 1104-1117, 2020.
- MARTINS, S. E. S. O.; LEITE, L. P.; CIANTELLI, A. P. C. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, spe, p. 15–23, 2018.

MAZERA, M. S.; SCHNEIDER, D. G.; PADILHA, M. I. Política de acesso, acessibilidade e inclusão educacional da pessoa com deficiência: revisão integrativa. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 29, e55486, p. 1-9, 2021.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PEREIRA, P. E. C.; CALDAS, A. S. C.; DA SILVA CABRAL, A. K. P. Inclusão profissional de pessoas com deficiência física em um serviço de saúde do Estado de Pernambuco. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 2, p. 146–155, 2016.

PEREIRA, R. R.; SILVA, S. S. C.; FACIOLA, R. A.; PONTES, F. A. R.; RAMOS, M. F. H. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, v.1, n.1, p. 147–160, 2016.

PORTE, M. S.; TRINDADE, J. D. R. Barreiras tecnológicas: um fator limitador na acessibilidade das pessoas com deficiência. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 14, n. 3, e32563, 2021.

ROCHA, L. F. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, n.1, p. 46-65, 2014.

SEPTIMIO, C.; DA ROCHA, G. O. R.; MENDES, G. M. L. Legislação brasileira e acessibilidade física no ensino superior: uma abordagem (ex/in) clusiva? **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 4, n. 1, p. 8–25, 2018.

*Recebido em: 03/07/2022*

*Aprovado em: 05/08/2022*

*Publicado em: 10/08/2022*